

Movimento operário, intelectuais e o partido revolucionário em Gramsci

Alessandro de Moura

Mestrando em Ciências Sociais pela Unesp/Marília

Resumo

Primeiramente fazemos uma breve discussão sobre a concepção defendida por Gramsci acerca do que caracteriza um intelectual, bem como sua função social nas distintas formações sociais, como desdobramento de tal reflexão do autor sardo, apresentamos sua conhecida distinção, operada no “Caderno 12”, entre os ‘intelectuais tradicionais’ e os ‘intelectuais orgânicos’ destacando sua práxis social. Por fim, valendo-nos dos escritos do autor no “Caderno 13”, ressaltamos a importância do intelectual orgânico na constituição do partido revolucionário.

Palavras-chave: Cadernos do Cárcere; Intelectuais; Intelectual Orgânico.

Abstract

First we give a brief discussion about the concept advocated by Gramsci about what characterizes an intellectual as well as its social function in different social formations, as a consequence of such a reflection of the author Sardinian, presented his famous distinction, operated in the "Notebook 12" between the 'traditional intellectuals' and 'organic intellectuals' highlighting its social praxis. Finally, drawing upon the writings of the author in "Notebook 13", highlight the importance of the organic intellectual in the constitution of the revolutionary party.

Keywords: Notebooks of Prison; Intellectuals; Organic Intellectual.

Introdução

Nesse ensaio intentamos buscar apreender elementos iniciais para compreender categorias e reflexões de Gramsci. Desta forma, não pretendemos colocarmo-nos como especialista em tal debate, considerando a ampla gama de trabalhos já desenvolvidos por estudiosos de grande valor intelectual e acadêmico. Tratamos, muito mais, de reunir num texto as formulações sobre o tema que estão dispersas em textos de Gramsci, desde “A Questão meridional” até os cadernos reescritos durante a primeira metade da década de 1930.

Partindo do pressuposto de que todo ser humano é um intelectual, Antônio Gramsci (1891-1937) destaca que todas as camadas sociais formam intelectuais, tal proposição reafirma sua proximidade com a concepção ontológica, certamente assimiladas das contribuições metodológicas e teóricas de Marx e Engels em relação ao salto teleológico do ser humano (LUKÁCS, 1978). Gramsci sublinha que a distinção legítima a ser posta é que, alguns intelectuais têm oportunidade de especializa-se, tornando-se “profissionais” na atividade intelectual, organizacional e diretiva mas, a princípio, qualquer ser humano pode se especializar nesta atividade. Gramsci discorda, por exemplo, (sobretudo nos cadernos 12 e 22), da proposição de Taylor, que afirma que os trabalhadores são como ‘gorilas amestrados’. Contraposto a isto, Gramsci argumenta que qualquer atividade humana pressupõe o empenho de atributos intelectuais, para o autor:

[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante [...] (GRAMSCI, cad. 12, p. 18-19).

Também o autor, a partir de uma compreensão da realidade social como totalidade concreta, afirma que os intelectuais não pairam sobre a

sociedade, eles têm sempre algum vínculo de “classe”¹. Elaboração muito próxima desta está colocada por Marx e Engels na Ideologia Alemã (2007), neste trabalho Marx destaca o equívoco de se pensar o ser humano na sociedade capitalista como descolado das classes sociais, as pessoas são destacadas como *personalidades de classe*, portadoras de *individualidades de classe*. Também para Gramsci, afirmar o contrário disso é ancorar-se numa utopia social. No entanto, considera o autor, para que se compreenda a função do intelectual e a que “classe” pertence é necessário analisar a totalidades das relações sociais, bem como a origem social do intelectual, e não apenas as atividades deste intelectual (GRAMSCI, cad. 12, p. 18). Para Gramsci, os intelectuais especializados são os principais responsáveis por produzir uma visão coesa da totalidade social, assegurando a necessidade de se seguir determinada ordem social-política, privilegiando formas específicas de desenvolvimento. Por isso, são também peça chave na disputa por hegemonia social e política. (ao mesmo tempo estes devem apontar a incoerência e caoticidade da perspectiva de intelectuais antagônicos).

O intelectual para Gramsci não necessita de uma formação acadêmica específica, mas sim, capacidade de empreender ações sociais organizativas e diretivas, é um agente capaz de fazer a ligação entre *superestrutura* e *infraestrutura* independente de sua escolaridade específica, desta forma, o intelectual especializado é caracterizado pela função que ocupa nas relações sócio-materiais efetivas. O intelectual é um organizador, de forma que um grupo de intelectuais, ou pelo menos uma parte destes, deve possuir capacidade de organizar a sociedade, desde as funções estatais até as de serviços mais gerais, ele sempre deve criar “condições favoráveis à expansão da própria classe” (GRAMSCI, cad. 12, p. 15). Eles devem também buscar assimilar as crises sociais e as pressões exercidas pelas classes subalternizadas.

¹ Quando nos referirmos à “classe” enquanto descrição da posição na divisão social do trabalho, portador ou não de meios de produção, como maioria estatística que vive da venda de sua força de trabalho, e não enquanto agente ético-político dotado de capacidade de transformação da sociedade em contraposição a ordem burguesa (como forma de diferenciação destes dois sentidos específicos) colocaremos tal categoria entre aspas.

Para Gramsci todo grupo social, em todo o período histórico, em seu próprio processo social de organização sempre cria e desenvolve seus intelectuais especializados, estes caracterizam-se pela centralidade na organização do processo produtivo e das instituições sociais, de forma geral, ele é que deve lhe indicar a direção.

Além de demonstrar as atribuições principais dos intelectuais, o autor propõe uma diferenciação entre os tipos de intelectuais que desempenham papéis sociais distintos (se não opostos). Distingue dois tipos fundamentais; os ‘intelectuais tradicionais’ (ligados às classes tradicionais dominantes) e ‘os intelectuais orgânicos’ (oriundos das “classes” subalternizadas).

Os ‘intelectuais tradicionais’ têm, sobretudo, a função de assegurar a ‘ininterrupta continuidade histórica’ da ordem social, são intelectuais especializados que defendem e reafirmam a ordem que favorece as classes tradicionais dominantes.

Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo da história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas (GRAMSCI, cad. 12, p. 16).

Em contraponto aos intelectuais tradicionais (defensores do *status quo*), mas engendrados na mesma totalidade social, formam-se os intelectuais antagonistas. Os ‘intelectuais orgânicos’, são constitutivamente subversivos, pois são sempre os intelectuais originários do seio das “classes” em condição de subalternização na ordenação social (no caso do capitalismo² trata-se do proletariado³). Estes têm como principal

² Denomina-se capitalismo a organização da sociedade em que a terra, as fábricas, os instrumentos de produção, etc., pertencem a um pequeno número de latifundiários e capitalistas, enquanto a massa do povo nenhuma ou quase nenhuma propriedade e deve, por isso alugar sua força de trabalho. Os latifundiários e os industriais contratam os operários, obrigando-os a produzir tais ou quais artigos, que eles vendem no mercado. Os patrões pagam aos operários exclusivamente o salário imprescindível para que estes e sua família

característica a busca pela constituição de novas formas de análise e compreensão da realidade concreta, com a elaboração de novas propostas e prática políticas e sociais. Agem no sentido de disputar os rumos das instituições da ordem, com a finalidade de desenvolver novos princípios morais, políticos e organizativos gerais, por isso podem ser localizados no campo da *contra-hegemonia*. Estes buscam, sobretudo, redefinir a posição social-política do grupo subalternizado pela estruturação social-política.

Gramsci destaca a Revolução Francesa como importante caso em que classes subalternizadas, respaldadas pelos seus próprios intelectuais orgânicos, engendram um processo revolucionário sem consolidar aliança com as classes tradicionais:

[...] Quando em 1789, um novo agrupamento social aflora politicamente à história, ele está completamente aparelhado para todas as suas funções sociais e, por isso, luta pelo domínio total da nação, sem estabelecer compromissos essenciais com as velhas classes, mas, ao contrário, subordinado-as às próprias finalidades. [...] (GRAMSCI, cad. 12, p. 26).

Gramsci argumenta também, que embora todo grupo social produza intelectuais, nem todos o fazem para si. Os intelectuais oriundos de uma classe podem ser assimilados por outras classes. É comum a “classe” subalternizada formar intelectuais que são assimilados por outros grupos sociais. As classes dominantes (e os intelectuais tradicionais) estão sempre atentas aos intelectuais que são formados em outros grupos sociais, uma vez identificados, estes são chamados a ocupar um lugar junto à ordem, mesmo que de forma subordinada aos imperativos da classe dominante e as formulações dos intelectuais tradicionais. Gramsci cita o caso dos camponeses italianos, que são órfãos de intelectuais para si mesmos.

mal possam subsistir, e tudo o que o operário produz acima dessa quantidade de produtos necessária para sua manutenção o patrão embolsa; isso constitui seu lucro (LENIN, 1979, p. 37).

³ Aqui utilizamos a definição de Engels do texto “Princípios básicos do comunismo” de 1847, para o autor o proletariado é a “classe” em relação à divisão hierárquica do trabalho “[...] que tira o seu sustento única e somente da venda do seu trabalho e não do lucro de qualquer capital; [aquela classe] cujo bem e cujo sofrimento, cuja vida e cuja morte, cuja total existência dependem da procura do trabalho e, portanto, da alternância dos bons e dos maus tempos para o negócio, das flutuações de uma concorrência desenfreada”.

[...] ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais “orgânicos” e não “assimila” nenhuma camada de intelectuais “tradicionais”, embora outros grupos sociais extraiam da massa de camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais sejam de origem camponesa (GRAMSCI, cad. 12, p. 16).

Essa assimilação do intelectual orgânico é empreendida porque esta camada constitui ferramenta na disputa pela hegemonia, e assim, na luta por uma nova sociedade, pois este concebe a organização do processo produtivo levando em conta centralidade a relação e das disputas entre capital-trabalho, tendo como objetivo maior a ruptura com a lógica vigente, tal como o foram os conselhos de fábricas na Itália durante a década de 1920. Em cada País os processos sociais históricos determinaram especificidades nas relações entre intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais e as classes tradicionais. No caso dos russos, segundo Gramsci os camponeses produziram sua própria camada de intelectuais orgânicos, os *narodniks*, que disputavam hegemonia. Já na Inglaterra, segundo o autor, mesmo o com o grande número de intelectuais orgânicos surgidos com a Revolução Industrial, na vida estatal, organizativa e decisória, a hegemonia permaneceu nas mãos da velha classe agrária tradicional e dos intelectuais tradicionais que, por fim, assimilaram e se sobrepuseram aos intelectuais orgânicos. Na Alemanha, segundo Gramsci, também decorre processo semelhante.

Estas formulações do autor baseiam-se em exemplificações históricas, Gramsci recoloca o caso da burguesia, que ao ascender das entranhas do feudalismo trouxe consigo seu contingente de intelectuais orgânicos, que depois buscaram assegurar o sepultamento da ordem feudal⁴ e a disseminação, o estabelecimento e a continuidade da ordem burguesa. Além disso, a burguesia depois de estabelecida passou a promover a

⁴ Segundo Gramsci a categoria mais típica dos intelectuais do feudalismo foi a dos intelectuais eclesiásticos, estes, segundo o autor “monopolizaram durante muito tempo [...] alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, a justiça, a benevolência, a assistência, etc” (GRAMSCI, cad. 12, p. 16).

formação de um exército de intelectuais tradicionais que assegurassem a manutenção do novo Regime. Mas Gramsci não aplica tal proposição teórica apenas a ascensão da burguesia, o autor vai além, generalizando tal hipótese como sendo prática constitutiva comum a qualquer grupo social que ascenda à hegemonia social. Gramsci assevera que cada nova classe que ascende ao poder cria consigo, e elabora em seu desenvolvimento progressivo, seus próprios intelectuais (GRAMSCI, cad. 12, p. 16). Nas palavras do autor:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de novo direito, etc., etc (GRAMSCI, cad. 12, p. 15).

Além de produzir seus próprios intelectuais, a burguesia ascendente também buscou assimilar os intelectuais tradicionais descontentes com a ordem feudalista, formando uma ampla coalizão antifeudal e pró-burguesa. Os intelectuais da nobreza, que se opunham à coroa foram assimilados pela burguesia contra a antiga ordem, a estes aliados foram destinados a “postos” de confiança da camada social emergente. Assim, de acordo com Gramsci:

Uma das características marcantes de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, cad. 12, p. 19).

A preocupação da burguesia nascente foi fundir os seus intelectuais orgânicos (receptáculos das experiências de subalternização da ordem feudal), aos intelectuais tradicionais que nutriam determinado grau de descontentamento com a hegemonia feudalista. Esta ampla articulação política entre os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais

descontentes seria o germe para a constituição do novo *status quo* burguês, que deveria ser referendado e difundido amplamente a partir de então.

A burguesia ascendente passou a investir na formação de seus quadros e sucessores como forma de consolidar sua dominação estabilizando seu domínio. Foi ela também quem determinou os requisitos para uma formação básica necessária à ocupação de novos postos estratégicos conquistados. Os pontos entendidos como centrais ao exercício da hegemonia burguesa deveriam permanecer sob controle da classe dominante, pois, como ressalta Gramsci, a hegemonia não se exerce abstratamente, contrário a isto, a burguesia exerce dominação sobre as outras “classes” através de instituições e agentes constituídos especialmente para fazer cumprir seus anseios e necessidades, além do Estado Burguês foi constituído também pela burguesia o Direito burguês, as Leis burguesas, as Forças Repressivas Burguesas e a Mídia Burguesa. Todo este conjunto de aparatos sociais são formas de objetivação dos imperativos da nova classe dominante, são “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo novo que a nova classe deu à luz.” (GRAMSCI, cad. 12, p.16). Estas instituições professam a legitimidade da ordem burguesa, bem como a legalidade (moral e política) da venda da força de trabalho (capacidades humanas físicas/cognitivas) como mercadoria.

A burguesia no poder não subestimou a importância dos intelectuais, produziu em série uma imensa massa de intelectuais para referendarem e difundirem a lógica da sociedade burguesa, com ela, segundo Gramsci “a categoria dos intelectuais, [...] ampliou-se enormemente. Foram elaboradas, pelo sistema social democrático-burocrático, imponentes massas, nem todas justificadas pelas necessidades de produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante” (GRAMSCI, cad. 12, p. 22).

A partir destas fundamentações históricas, Gramsci defende que os intelectuais tradicionais são sempre imprescindíveis para a manutenção da ordem hegemônica, pois são estes que fornecem o substrato teórico e ideológico para dominação de outros grupos sociais, para a manutenção da

ordem moral, política e econômica. Os intelectuais que não partilham destes ideais a princípio devem ser capturados e assimilados pela ideologia dominante, caso resistam devem ser isolados, ou, dependendo dos interesses em jogo, eliminados.

Mas com a ascensão da burguesia, com a extensão de seus domínios sobre o *ancien regime* feudalista, criam-se outros antagonismos sociais. Com o processo de estabelecimento da ordem burguesa emerge o proletariado como classe antagonista à ordem burguesa. A burguesia está amparada por uma ampla gama de intelectuais burgueses, mas o proletariado também forma seus próprios intelectuais, ou mesmo atrai para junto de si, frações da intelectualidade burguesa, que não estão de pleno acordo com a ordem burguesa. Os intelectuais orgânicos, oriundos das fileiras do proletariado, buscam a emancipação da classe trabalhadora da dominação da classe burguesa é também emancipação geral da sociedade burguesa, pois a burguesia para manter-se como classe dominante necessita obstruir determinadas formas de ser que despontam sob sua pelagem. Ou seja, ao estabelecer-se no poder a burguesia forjara seus próprios antagonistas, como o dissera Marx no Manifesto Comunista, ela forjou as armas que a levará a morte.

O proletariado, “classe” subalternizada pelo poderio burguês, para que se emancipe da tutela da burguesia e de suas instituições totalitárias, precisar também produzir seus próprios intelectuais, e ainda assimilar intelectuais tradicionais ligados à ordem burguesa, como forma de compor uma aliança radical anti-burguesa. Porém, de acordo com Gramsci, como a burguesia exerce hegemonia sobre todas as instituições da ordem, torna-se muito mais fácil ao intelectual orgânico aderir ao ideário burguês do que os intelectuais tradicionais da burguesia aderirem ao proletariado. A burguesia, atenta aos processos históricos que a conduziu ao poder político-social, busca a todo custo sublimar seus antagonistas. Por isso pode-se dizer também que a burguesia é, em certo sentido, extremamente conservadora, pois busca a todo custo sustentar a ordem burguesa.

Gramsci alerta que os intelectuais orgânicos podem ser assimilados pelo partido político que defende as classes tradicionais, e que estes poderão ter asseguradas certas liberdades dentro do partido, porém assevera que estes jamais alcançaram tal liberdade no que diz respeito as questões decisivas em relação à ordem vigente da burguesia, ou na vida estatal, esta posição só pode ser exercida pelos intelectuais tradicionais, originalmente burgueses, que são agente experimentados da reprodução sistêmica.

A adesão à emancipação das classes subalternizadas é corriqueiramente minada pela ação consciente e orientada da burguesia governista. Esta, por ter a posse dos meios de produção está sob a égide de um sistema social que ela mesma criou, desta forma a burguesia vive de acordo com suas próprias regras (direito burguês). Por isso, ela encontra maior facilidade de produção de intelectuais e também na obstrução da formação de intelectuais que lhe podem ser antagônicos, pois toda a base material necessária à produção de intelectuais está sob seu domínio. Por isso, destaca Gramsci que “a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos. Formam-se camadas que, tradicionalmente, “produzem” intelectuais [...]” (GRAMSCI, cad. 12, p. 20). Com isso, a burguesia obtém sempre certo controle do movimento societário, e ainda, assegura para si as benesses deste sistema sócio-político.

Por outro lado, a “classe” trabalhadora, além de estar também nessa “prisão de ferro” (pois a burguesia ao impedir o desenvolvimento e a emancipação do proletariado obstrui também o desenvolvimento do ser humano genérico) constituída a partir dos interesses da burguesia, e justamente por isso, está ainda em piores condições que a burguesia, pois não têm o controle sobre si mesma e dos processos sociais gerais.

Esta é também uma relação de poder, pois não se trata apenas de relações entre indivíduos genéricos (seres livres que se relacionam de forma igualitária), mas sim de indivíduos de classe, são relações entre capitalistas, donos dos meios de produção, e trabalhadores, despossuídos dos meios de

produção, que sob determinadas condições são obrigados a seguirem as vias determinadas pela classe hegemônica no poder social e político.

É claro que a burguesia liberal governista não está livre de inconvenientes. Uma vez que conquista a hegemonia social, a burguesia precisa renovar e desenvolver continuamente mecanismos que assegurem sua dominação deve trabalhar na produção de consenso. Um destes elementos é buscar sempre forjar e desviar a percepção sobre a estruturação social, com esta prática, torna-se mais difícil que se desenvolvam questionamentos de sua hegemonia. Ou seja, a burguesia, como classe no poder busca obstruir a formação da *consciência de classe necessária* do proletariado, busca-se por meio do consenso e da coerção dos intelectuais orgânicos e o impedimento da formação de antagonistas. Entre os elementos destinados a produzir consenso figuram os intelectuais tradicionais, que empreendem esforços pela assimilação dos intelectuais orgânicos para composição da ordem burguesa.

A burguesia no poder empreende grandes esforços e campanhas para reafirmar como representante absoluta da ordenação social que ela mesma implanta, deslegitimando qualquer tentativa de contraposição aos seus imperativos. Seu discurso busca reafirmá-la como a melhor forma de governo possível. Por meio do que Lukács chamou de ‘racionalidade cínica’, a burguesia defende ainda que sua hegemonia é fruto da livre escolha da maioria, assim reitera-se incansavelmente a legitimidade de sua dominação. A democracia burguesa foi a forma encontrada e desenvolvida pela burguesia para utilizar-se do direito de voz do proletariado em favor de si mesma e contra aqueles. Porém esta hegemonia (que não pressupõe homogeneidade) não decorre sem obstáculos, a cada ato da burguesia formam-se fileiras de descontentes, que com maior o menor capacidade de enfrentamento confrontam-se com a ordem burguesa.

O intelectual orgânico e os processos de ruptura com a ordem social estabelecida

Para Gramsci o intelectual orgânico historicamente não apenas constitui peça chave na desmistificação do discurso dominante, mas também na proposição de novas formas organizativas e diretivas, na disputa pela hegemonia, e assim, na luta por uma nova sociedade, pois este, conforme já destacado, é agente central para a organização do processo produtivo concebendo a relação capital trabalho, tendo como objetivo maior a ruptura da lógica capitalista.

O intelectual orgânico é também imprescindível à constituição de um partido político contra-hegemônico, pois além de ser o receptáculo de experiências de subalternização imposta pela ordem, ele é o intermediário que proporciona a articulação entre os intelectuais tradicionais progressistas oriundos da classe dominante e restante da “classe” subalternizada. Este tem também a função de exercer atração de outros intelectuais orgânicos “dispersos”. Nesse sentido o partido político revolucionário deve ser encarado como um intelectual orgânico coletivo, que busca dissolver a ordem burguesa em busca da *emancipação humana*⁵.

Gramsci desenvolve tese de que o espaço ideal para ação do intelectual orgânico no capitalismo é o partido político revolucionário que se organiza contra a hegemonia burguesa. Estes intelectuais são imprescindíveis para que torne-se possível chegar à formação de um partido revolucionário que organize a “classe” trabalhadora, em amplos aspectos, na luta pela hegemonia e pela definitiva derrocada do Estado capitalista. O intelectual orgânico, pela compreensão profunda e crítica das relações capital-trabalho, acaba também por conhecer profundamente as

⁵ *Emancipação humana* é um conceito desenvolvido por Karl Marx (1818-1883) que refere-se a necessidade histórica do proletariado de dissolução da sociedade de classes, com a abolição da propriedade privada e do regime de salariedade. É sobretudo, uma luta social travada para suplantar a ordem vigente de forma definitiva. Enquanto por *emancipação política* denota-se as lutas sociais que se colocam a tarefa de lutar por demandas sociais sem buscar o fim da sociedade de classes, sem transformar a ordem social-política e a divisão social do trabalho. Ou seja, a *emancipação política* pode ser identificada como conquistas sócio-humanas que podem ser alcançadas dentro da ordem vigente (como a luta por direitos civis ou reformas) (C.f. MARX, 2009: 2007).

necessidades da classe subalternizada, e pode também apontar as alianças a serem firmadas, identificando os grupos mais progressistas.

A organização da classe subalternizada por meio de um partido político revolucionário é imprescindível, tanto para a organização da classe definindo as táticas e estratégia de enfrentamento, quanto para preparar o Estado de transição. Pois, de acordo com Gramsci (cad. 13), a disputa com a burguesia deve se dar ainda dentro da ordem capitalista, deve-se organizar a classe subalternizada para a tomada do poder “das mãos” da burguesia como forma de negação do Estado capitalista, destacando sua ilegitimidade frente à “classe” subalternizada.

A ilegitimidade do Estado burguês para o proletariado é objetiva-concreta, e por isso observável em várias instâncias sociais, tal como na exploração da força de trabalho de ampla maioria dos despossuídos dos meios de produção, também pela concentração dos meios de produção, além do sectarismo “racial”, étnico, sexual, etc... (pois como lembra Engels (2000), a sociedade capitalista é machista e homofóbica em gênese e constituição).

O partido revolucionário deve assimilar e articular estas e outras demandas de urgência imediata da massa subalternizada em várias instâncias e espaços sociais em uma *síntese negativa* contra a ordem burguesa, que se autoprofessa como ápice do desenvolvimento humano. Gramsci destaca no cad. 13 que deve-se combater primeiramente as forças mais conservadoras, como forma de viabilizar coletivamente a constituição de um projeto emancipatório, que redefina as formas de ser das relações sociais e das necessidades humanas centrais.

Para Gramsci, esse papel, de dissolução da ordem burguesa, deve ser levado a cabo pelo partido que articula-se como *condottiero* (condutor das armas e da vontade popular). Para o autor, é este partido que deve organizar e conduzir a luta revolucionária da classe trabalhadora. O intelectual orgânico tem importante função a cumprir neste partido, devendo a princípio atuar como elo de ligação entre o partido revolucionário e as “classes” subalternizadas, ele deverá converter suas demandas social-

históricas do proletariado em um programa político revolucionário, que deve ser organizado a fim de alcançar as demandas históricas, culturais, econômicas e políticas das classes subalternizadas.

Contudo, Gramsci destaca que o *condottiere* certamente encontrara uma série de obstáculos para a organização da “classe” trabalhadora dispersa. Pois as classes tradicionais que estão no poder, por meio das instituições burguesas e dos intelectuais tradicionais, vão certamente lutar intensamente para anular a formação desta vontade coletiva e duradoura em objetivos consensuais de negação e transformação da ordem burguesa. A burguesia luta dia-a-dia para que não se efetive a unificação da “classe” trabalhadora em classe revolucionária, agente ético-político. Essa tem sido uma das principais estratégias desde que ascendeu à hegemonia social, dividir para dominar. Então, as classes tradicionais burguesas buscam sempre o equilíbrio passivo, com engajamento dos trabalhadores nos projetos burgueses (assimilação e captura), para que assim não se produzam alterações radicais na estruturação do poder na ordem burguesa.

Os desafios colocados ao partido político revolucionário são imensos. Mas, como o ser humano é um ser que re-significa a objetividade social infinitamente, torna-se impossível homogeneizar as formas de compreensão e ação social. Mesmo a classe dominante lutando para convencer, confundir, corromper e dispersar politicamente os despossuídos de meios de produção (criando cisões), a “classe” trabalhadora deve ir ao encontro do partido revolucionário, pois ele é sua única ferramenta eficiente para o desmonte da ordem burguesa que os subsume.

É nesse sentido que o partido revolucionário deve buscar a construção de consenso das classes expropriadas e oprimidas materialmente (e espiritualmente) e direcionar estas forças agregadas contra a burguesia ontologicamente conservadora. Assim, é possível a conquista da contra-hegemonia e caminha-se para a superação da ordem capitalista. Todas as ações do partido revolucionário têm como ponto de partida as relações sociais existentes no capitalismo, mas nunca perde de vista o planejamento futuro, o *dever-ser*. Este partido não se limita à miséria do real, mas também

não se perde em abstrações utópico-idealistas. A ação revolucionária transformadora necessita ser persistente e contínua, desta forma, criam-se novas bases e correlação de força a partir da organização e demandas do proletariado. A articulação coletiva orgânica ativa e contínua é a única materialização tático-organizativa que pode dissolver as formas vigentes de subsunção dos despossuídos dos meios de produção ao capitalismo liberal-burguês.

Gramsci destaca no cad. 13 que para que seja possível a ação concreta radical transformadora o partido revolucionário deve estar atento à correlação de forças interna (movimento imediato), e ao grau de desenvolvimento das forças produtivas. As estratégias de organização devem estar pautadas em um profundo conhecimento dos meios para que se alcancem os fins planejados. Por isso, deve-se ficar atento aos grupos sociais mais progressistas, aos intelectuais tradicionais em processo de cisão com as classes tradicionais, para fortalecer as alianças revolucionárias contra os grupos mais retrógrados e conservadores.

Cabe a este partido revolucionário unificar os partidos de oposição que são expressão de frações e grupos subalternizados (“minorias”) sob uma única bandeira, as demandas por *emancipação política* devem ser fundidas a luta pela *emancipação humana*, articulando o programa mínimo ao programa máximo. Ou seja, o partido revolucionário funde as forças contestatórias em um todo social sob a mesma orientação e direção, capaz de por fim a opressão de classe vigente. O partido revolucionário deve trabalhar para que o proletariado, maioria estatística seja articulado e convertido como classe revolucionária, que desencadeie um amplo processo revolucionário para suprimir as limitações sociais impostas às liberdades dos trabalhadores.

Para Gramsci, é necessário estimular e romper com o egoísmo de fração, assegurando apoio aos grupos que de alguma forma contrapõem-se a hegemonia burguesa, pois se tratam de contingentes com potenciais de ruptura podendo somar forças para a derrubada do sistema capitalista. Cabe não simplificar a luta contra o capitalismo. O proletariado tem uma difícil

tarefa a realizar: deve concentrar e canalizar as forças sociais rebeldes/propositivas para a dissolução da ordem burguesa para estabelecimento do Estado proletário.

Os intelectuais orgânicos, que representam os tentáculos estendidos de uma nova ordem social possível, somando-se a força do partido revolucionário devem contribuir para criar terreno (bases materiais e intelectuais) para o desenvolvimento da vontade coletiva que sustente um novo estado de coisas. Trata-se certamente de buscar fundar um novo contrato social, com uma nova ética, onde o desenvolvimento amplo das capacidades humanas seja o epicentro de todas as ações sociais. De imediato, trata-se de construir consenso entre seus próprios intelectuais, além de um novo sistema educacional e também um novo sistema jurídico adequado ao novo projeto de desenvolvimento social. Trata-se da busca pela constituição de um novo tipo de cidadão e ainda, de uma nova civilização. Por meio de tais práticas concretas, o partido revolucionário com seu grupo de intelectuais orgânicos em expansão deverá promover uma profunda reforma social de amplitude econômica, cultural, moral e política, desenvolvendo os germes para a constituição de um novo período histórico da humanidade.

Tratam-se de transformações radicais na estruturação social, no bloco histórico, para que se construa uma sociedade nova de fato. Busca-se desenvolver novas formas de relações sociais, que já estão em germe na sociedade capitalista para que o ser humano genérico seja a medida de todas as coisas, suprimindo a propriedade privada, a venda da força de trabalho como se fosse mercadoria, o que por sua vez anularia o fetichismo capitalista. Nesse sentido, o partido revolucionário é expressão das classes que estão subalternizadas na totalidade das relações capitalistas, sendo que dela mesma é que deve desenvolver-se as novas formas de ser possíveis. É o momento em que a classe oprimida toma a ofensiva coletiva contra as classes tradicionais e seu exército de intelectuais em busca da dissolução da ordem burguesa.

É claro que o partido revolucionário não será dirigido pelos intelectuais orgânicos, estes também não serão isoladamente a cabeça do partido. Segundo Gramsci, a forma de organização deste partido, bem como sua direção também tem especificidades, ele deve se organizar por meio do centralismo orgânico democrático, ancorando-se no movimento do real, na sua base social organizada, ele incorpora os posicionamentos dos militantes de base. Ele é orgânico porque sua estratégia é baseada não apenas nos elementos imediatos conjunturais, mas também nos movimento de longa duração e nos movimentos permanentes. Por isso essa forma de partido necessita de um núcleo dirigente, que é a própria classe.

Trata-se certamente de uma forma particular de partido político, que articula um todo social em um todo político orientado em ações efetivas radical-subversivas. É a própria canalização da vontade coletiva que até então foi mantida sufocada, articula-se como difusor principal de uma nova ordem social-política possível. Para Gramsci, trata-se de uma *fantasia concreta* que atua sobre a massa dispersa, organizando-a para a fundação de um novo Estado social que supera a forma de *ser-precisamente-assim* da sociabilidade burguesa. Pois, sem recorrer ao espontaneísmo, o partido político revolucionário deve canalizar a vontade coletiva numa *síntese negativa* que nega a atual ordem das coisas por meio da ação prática efetiva transformadora. A “classe” até então subalternizada é feita à cabeça dirigente deste partido.

É claro que a importância do intelectual orgânico não se esgota na luta contra a hegemonia burguesa, mesmo com a derrocada da ordem burguesa será necessário reorganizar a nova ordem social proletária, bem como a constituição de novos intelectuais para consolidar a organização social. Para construir esta nova ordenação social, não basta depor a burguesia e coletivizar os meios de produção, será necessário ainda que o partido revolucionário crie novos intelectuais comprometidos com o processo contínuo e ininterrupto de *emancipação humana*, e ainda mais, deve constituir também novas instituições sociais, adequadas aos novos fins desta sociedade. O *condottiero* deve formar dirigentes qualificados para dar

continuidade e condução a uma *revolução permanente*. Deve oferecer subsídios consistentes para que as classes até então subalternizadas constituam um novo ‘estado de coisas’ eminentemente humano sobre a face da terra.

Enquanto existir opressão, miséria humana, faz-se necessário unificar forças combativas da sociedade contra a ordem vigente. Seguramente as iniciativas levadas a cabo pela classe trabalhadora lançam as bases para o futuro social. É claro que o sujeito coletivo da ação revolucionária não existe a priori, pelo contrário, ele deve ser construído. Trata-se de contribuir para construção de um núcleo de ação coletiva radical, um partido revolucionário, a partir dos despossuídos de meios de produção (o proletariado). Falta-nos ainda constituir um núcleo organizado com cadeias radicais a partir das diversas demandas dos trabalhadores pobres. Os esforços necessitam ser canalizados para a construção de um partido que represente os interesses históricos dos trabalhadores. O partido revolucionário deve articular em um todo social os trabalhadores anticapitalistas, antiburguêses, antipatronais, e que se oponha ferreamente aos ricos, em busca de uma sociedade sem dominados e sem dominadores.

A tragédia que foi o stalinismo, tanto na URSS como pelo mundo afora está diametralmente oposta à emancipação humana e ao materialismo histórico dialético. Aquela experiência deve ser estudada, criticada e superada, em busca de construir socialmente novas possibilidades estratégicas. Estamos dizendo que a compreensão destas experiências humanas deve ser utilizada na elaboração um programa, que abranja não só os Estados operários burocratizados, mas a sociedade capitalista como totalidade, em suas múltiplas determinações contraditórias. É claro que para nós este programa deve articular emancipação política e emancipação humana. Possibilitando liberar e canalizar as energias humanas para uma profunda mudança de sistema social.

De um extremo a outro coloca-se como tarefa a expropriação da burguesia, tanto da nova burguesia surgida no Estados operários burocratizados, como da “velha burguesia” emergida com a revolução

burguesa. Para os marxistas revolucionários, trata-se ainda de construir a revolução mundial.

Neste sentido, coloca-se como premente a reconstrução da forma partidária da classe trabalhadora. Num partido internacionalista, que comprometido com a transformação social radical, com a revolução internacional proletária, faça das experiências de opressão a que os trabalhadores de todos os países do globo estão subalternizados e profunda penúria da esmagadora maioria das massas. Por isso a experiências dos trabalhadores compõe matéria prima para a superação de tudo que existe. A experiência histórica nos mostrou que uma revolução é impossível sem a participação das massas em grande escala, e que estas massas, para serem vitoriosas devem estar munida de uma estratégia e um programa. É certo que as insurreições proletárias não dependem do partido para eclodirem, porém é inegável o salto qualitativo das insurreições quando o proletariado passou a se organizar em partidos revolucionários.

A sua posição na estruturação social dá ao proletariado o poder de suspender à vontade, parcial ou totalmente, o próprio funcionamento da economia da sociedade, é indispensável a luta conduzida em comum contra a exploração, pois a luta comum, por meio da experiência compartilhada, cria importantes momentos de solidariedade e de sacrifício, por greves parciais ou pela greve geral, esta por sua vez, em uma série de momentos históricos, avançou de greve geral para insurreição armada, e de insurreição armada para revoluções e de revolução para a ditadura do proletariado. O partido do proletariado, o partido revolucionário, deve tencionar-se à liberação e canalização das energias humanas para a superação do sóciometabolismo do capital.

Não cabe para nós a afirmação abnegadora de que a classe trabalhadora não tem consciência de classe. Na sociedade capitalista todo ser humano está esquadrihado por relações de classe social (possuidor de meios de produção e despossuídos de meios de produção). Bem como todo ser humano tem percepções das relações de dominação. Ter consciência de classe não significa ter consciência de classe revolucionária (consciência de

classe contingente). O mais importante é que o partido revolucionário, atento as alterações produzidas por causas históricas profundas, não pode se adaptar passivamente a todas as mudanças no estado de ânimo das massas, cedendo as frações mais incertas do proletariado. Nesse sentido, a função central do Partido Revolucionário é a de revolucionar a consciência da classe operária. Transformando a consciência de classe contingente em consciência de classe necessária. Ajustando-a as tarefas do presente.

Pois o melhor momento para construir um partido proletário revolucionário é certamente o momento em que o proletariado encontra-se subalternizado. Não se pode esperar pela “conjuntura revolucionária” para dar início a esta tarefa árdua, é necessário começar já a forjar hoje a vanguarda revolucionária que será o *coveiro coletivo* da burguesia amanhã. Os revolucionários necessitam articular-se em um partido revolucionário, o exército conscientemente das necessidades históricas do proletariado deve ser mais forte do que o exército contra-revolucionário do capital, intensificando suas ações defendendo as tentativas de autoorganização operária, pautando o programa histórico do proletariado. Apenas a ditadura do proletariado contra as classes dominantes é que pode realizar a reforma agrária, como apenas sobre o controle operário da produção se elimina a desigualdade sócio-material. Apenas o proletariado pode levar a cabo a dissolução das classes sociais, abolição da propriedade privada e dissolução do Estado, para assim, novamente como dissera o poeta Maiakovski, ‘desatar o futuro, pois este não virá por si só’.

Referências bibliográficas

ALBAMONTE, E.; ROMANO, M. Trotsky y Gramsci - Convergencias y divergencias. In: *Revista Estrategia Internacional*. Nº 19. Janeiro de 2003. Disponível no site: <http://www.ft.org.ar/estrategia/ei19/ei19.htm>

ALBAMONTE, E.; ROMANO, M. Revolución permanente y guerra de posiciones - La teoría de la revolución en Trotsky y Gramsci. In: *Revista Estrategia Internacional*. Nº 19. Janeiro de 2003. Disponível no site: <http://www.ft.org.ar/estrategia/ei19/ei19.htm>

BIANCHI, A. Croce, Gramsci e a “autonomia da política”. *Revista de Sociologia e Política*, v.29, p. 15-30, 2007.

BIANCHI, A. Apresentação Dossiê: Gramsci e a Política. *Revista de Sociologia e Política*, v.29, p. 7-13, 2007.

BIANCHI, A. Gramsci além de Maquiavel e Croce: Estado e sociedade civil nos Quaderni del cárcere. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, v. 12, p. 25-55, 2007.

BIANCHI, A. Estado y sociedad civil en Gramsci. *Herramienta* (Buenos Aires), v. 34, p. 107-124, 2007.

BIANCHI, A. Estratégia do contratempo: notas para uma pesquisa sobre o conceito gramsciano de hegemonia. *Cadernos Cemarx*, v. 4, p. 9-39, 2007.

DEL ROIO, M. *Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única*. Xamã, 2005.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Globo, 2000.

ENGELS, F. *Princípios básicos do comunismo*. In: MARX, K., ENGELS. Obras escolhidas. Tomo I. Edições avante. Portugal.1982.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Cadernos 12, 13, 18, 19, 22, 25 e 27.

GRAMSCI, A. Alguns temas da questão meridional. In: *A questão meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, A.: BORDIGA, A. *Conselhos de fábrica*. Editora Brasiliense. 1981.

KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1973.

LENIN, I.V. *Sobre os sindicatos*. Col. Teoria e História. Editora Polis. 1979.

LENIN, I.V. *O Estado e a revolução*. Ed. Expressão popular. São Paulo. 2007.

LUKÁCS, Georg. *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*. Temas de Ciências Humanas n. 4. Tr. C.N. Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. Disponível no site: <http://www.giovannialves.org/textos.htm>

MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Editora Boitempo, São Paulo, 2007.

MARX, K. *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria de Proudhon*. Editora Expressão Popular, 2009.

MARX, K. *Para a questão judaica*. Expressão Popular, 2009.

artigos

- MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Editora Boitempo: São Paulo, 2004.
- MARX, K. *Manifesto Comunista*. Editora Boitempo: São Paulo, 1998
- MARX, K. Glosas Críticas Marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano. In: *Crítica Marxista*, 5, BH-MG, Projeto, 1995.
- MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Livro I. vol. I e II, 1989.
- PIOTTE, J. M.. *La pensee politique de Gramsci*. Paris: Anthropos, 1970.
- THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Paz e Terra. 1987.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria, ou, Um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TROTSKY, L. *A revolução permanente*. Editora Expressão popular. 2007.
- TROTSKY, L. *A história da revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2007.